

Dia nacional de Zumbi e da consciência negra



Por **PETRÔNIO DOMINGUES***

As expressões principais deste 20 de Novembro assentam-se na expectativa de que esta nação faça valer os princípios das democracias modernas

Comemora-se o “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra” em 20 de novembro. Porém, como surgiu essa efeméride? Ao longo de quase um século os diversos segmentos da população negra celebravam o 13 de Maio — dia oficial de sanção da lei que extinguiu, em 1888, a escravidão no Brasil — como data da conquista da liberdade formal na sociedade brasileira.

No entanto, na década de 1970 surgiu uma nova geração de ativistas negros, que contestou a ideia da liberdade advinda da abolição da escravidão (que por isso passou a ser sempre chamada de “falsa liberdade”); insurgiu-se contra a imagem do negro fiel e submisso (daí a execração do culto à “Mãe Preta”); refutou o discurso de pessoas brancas sobre as negras, inclusive de muitas vozes intelectuais (Gilberto Freyre sendo o anti-herói predileto) e desconstruiu como e quanto pode o “mito da democracia racial” — a narrativa de que o Brasil ficou livre do problema racial —, fazendo até uma releitura da miscigenação, que passou a ser definida como uma processo violento de exploração sexual da mulher negra pelo homem branco.

Em 1971, surgiu o Grupo Palmares em Porto Alegre (RS), que, por meio de um de seus fundadores, Oliveira Silveira, lançou a ideia de se comemorar o 20 de novembro em oposição ao 13 de Maio. A ideia entrou em circulação e prosperou, tendo sido abraçada pelo Movimento Negro Unificado (MNU), organização fundada em São Paulo em 1978 e que representa um verdadeiro divisor de águas na luta antirracista no Brasil, na medida em que inaugura a fase contemporânea do movimento negro.

Com essa reinterpretação da Abolição, não era mais possível comemorá-la festivamente enaltecendo a “redentora”, como se fazia no passado. Daí que, operando um deslocamento, o Movimento Negro Unificado substituiu o 13 de Maio — que de dia de uma celebração negra transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo — pelo 20 de Novembro — Dia Nacional da Consciência Negra —, data que assinala a presumível morte “heroica” de Zumbi, personagem histórico apropriado como símbolo por excelência da resistência negra à opressão, mas também líder do Quilombo dos Palmares que, ao colocar em xeque o domínio do sistema colonial centrado no regime de cativo, teria engendrado uma experiência *sui generis* de uma sociedade racialmente democrática.

As lideranças do Movimento Negro Unificado produziram narrativas se contrapondo às abordagens históricas tradicionais e ao lugar que nelas era reservado à população negra. Essa mudança de perspectiva assumiu um significado político especial, pois demarca a substituição — pelo menos no projeto da militância — da figura simbólica da “branca senhora” pela do “negro herói”, ou seja, em vez da ideia de uma liberdade concedida (pelos brancos), a visão de uma conquista negra.

a terra é redonda

Ainda em 1978, o Movimento Negro Unificado aprovou o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. A partir dali foi lançada uma campanha de divulgação da data, com todos os sentidos, dilemas e desafios de uma memória negra ressignificada. A campanha sensibilizou “mentes e corações” do movimento negro, contando ainda com a aliança e o apoio de outros movimentos sociais, de produtores culturais, de artistas, de políticos, de jornalistas, de pesquisadores e publicações acadêmicas. Fato é que o 20 de Novembro se consolidou, popularizando-se no seio da sociedade civil e sendo reconhecido por diversas instâncias do Estado brasileiro.

O coroamento desse processo de reconhecimento foi a aprovação, por parte do Congresso Nacional, de uma lei que, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2023, torna a data - “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra” — feriado nacional

Este 20 de Novembro vai ser um dia em que a sociedade brasileira terá a oportunidade de refletir criticamente sobre a situação da população negra. Já se passaram 136 anos da Abolição e esse segmento populacional ainda envida esforços no campo dos direitos e da cidadania e tem em seu horizonte a conquista da equidade. Afinal, todos os indicadores de renda, ocupação, escolaridade, saúde pública, condições de moradia e desenvolvimento humano indicam que as pessoas negras levam desvantagens quando comparadas às brancas.

É verdade que, no Brasil do tempo presente, diversas políticas públicas e privadas de combate às desigualdades raciais estão em curso, das quais ganharam destaque a Lei 10.639 (a qual foi alterada pela Lei 11.645) e as políticas de ações afirmativas, especialmente o sistema de cotas para pessoas negras nas universidades públicas. Cabe, assim, ressaltar o momento histórico em que o país atravessa: é a primeira vez que a sociedade civil interpela o racismo como problema público - processo pelo qual um problema coletivo assume um lugar privilegiado na agenda nacional. Mais ainda: é a primeira vez que o Estado brasileiro se engaja em implementar políticas públicas voltadas ao enfrentamento desse problema.

Porém, neste 20 de Novembro, os afro-brasileiros não querem pautar somente a manutenção de tais políticas; também pleiteiam ampliá-las, eliminando a desigualdade racial do mercado de trabalho, da representação na mídia, da política institucionalizada; almejam erradicar a violência policial, com o tratamento diferenciado que muitas vezes recebem do sistema de Justiça e com o chamado genocídio da juventude negra; aspiram tolerância aos seus cultos de matriz africana; que o sistema educacional, ao se descolonizar, respeite as bases do multiculturalismo e da diversidade étnico-racial; sem contar as políticas públicas específicas às mulheres negras, às comunidades remanescentes de quilombos e à valorização da saúde da população afrodescendente.

Assim, oscilando entre a denúncia e o protesto - tônica principal das celebrações dos movimentos negros — e a comemoração solene e ritual — marca dos atos oficiais —, além do debate acadêmico ensejado pela série de eventos que ocorrem neste mês, o certo é que, em qualquer dos casos, as expressões principais deste 20 de Novembro assentam-se na expectativa de que esta nação faça valer os princípios das democracias modernas, que procurem garantir que todos os cidadãos (“pretos”, “pardos”, “brancos”, “amarelos” e “indígenas”, conforme a classificação do IBGE) tenham igualdade de direitos (civis, sociais e políticos) e oportunidades. Pois, como proclama o Manifesto da Coalizão Negra por Direitos, “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”.

***Petrônio Domingues** é professor de história na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Autor, entre outros livros, de *Protagonismo negro em São Paulo* (Edições Sesc). [<https://amzn.to/4biVT9T>]

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA